

Conjuntura Palocci diz que fundamentos são mais sólidos e por isso país pode crescer como ocorreu em 2000

Para Lula, rumo é “mais certo que errado”

Rodrigo Bittar
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva garantiu, ontem, que a política econômica vai ser mantida, mesmo com o novo cenário de volatilidade internacional. Ontem, na reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), o presidente afirmou que o país vai seguir no “rumo” atual porque, segundo ele, “deu mais certo do que errado”.

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que também participou do encontro, apresentou um cenário que, na sua análise, é de mais solidez macroeconômica e menor vulnerabilidade externa da economia brasileira. Rechaçou sugestões de calote na dívida externa feita por alguns conselheiros e pediu coesão em torno da agenda de reformas do governo.

Em discurso aos conselheiros, Lula afirmou que “não existe milagre, não existe possibilidade de trazermos para cá alguém que possa fazer mágica. Nós iremos continuar com a mesma seriedade que começamos, com a mesma consistência que começamos”.

Em seguida, o presidente manifestou angústia com a distância entre as expectativas da sociedade e as restrições econômicas. “Muitas vezes, no governo, temos os mesmos desejos que vocês (conselheiros) têm. Há uma pequena diferença: é que nós, às vezes, temos que assinar o cheque. E quando você tem que assinar o cheque aumenta um pouquinho o nervosismo da decisão”, destacou.

Lula salientou que o governo

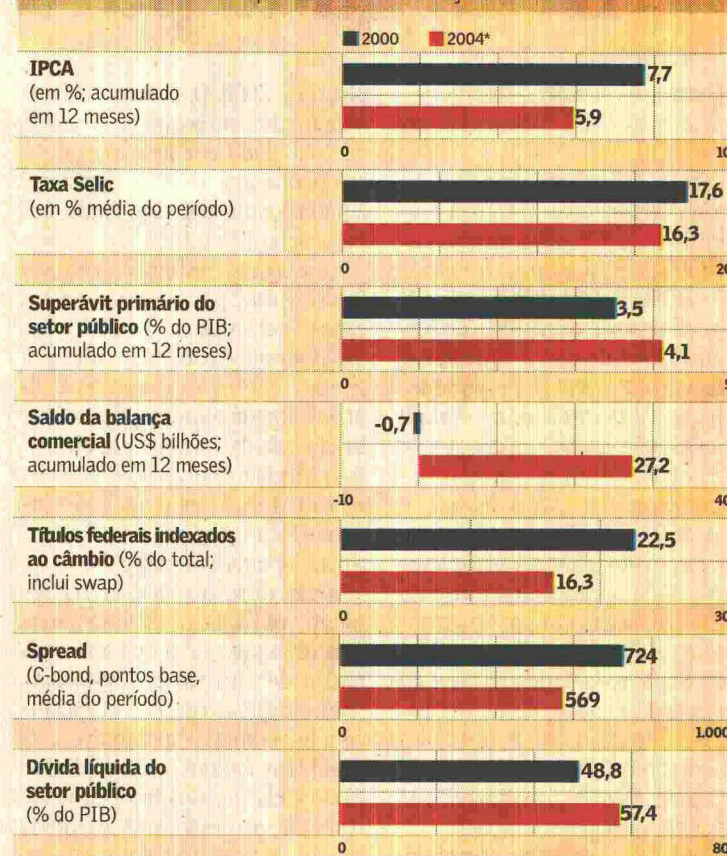
deve ser cauteloso com as turbulências internacionais, mas criticou o “medo premeditado” de se tomar alguma decisão. “Nós sabemos o que representa a economia mundial e o que pode significar o aprofundamento da crise em países emergentes. Mas, aqui no Brasil, estamos totalmente tranquilos. Não tem nada pior para um político, para um governo, do que o chamado medo premeditado, ou a tomada de posição em função de uma coisa que nós nem sabemos que vai acontecer. Nós tomamos uma decisão, tomamos um rumo e vamos seguir nele, até porque até agora ele deu mais certo do que errado”, reiterou.

A argumentação do presidente foi, em certa medida, uma resposta às críticas recebidas por Palocci de alguns conselheiros, como o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Luiz Marinho. O sindicalista cobrou do ministro da Fazenda medidas “mais ousadas” no campo da distribuição de renda como, por exemplo, a concessão de um aumento maior para o salário mínimo.

Já Palocci defendeu o rigor fiscal como principal instrumento para equilibrar a administração da dívida pública e permitir um crescimento longo e sustentável. Para ele, o governo não pode abandonar as atuais metas de ajuste, com superávits primários robustos para reduzir a relação entre a dívida pública e o Produto Interno Bruto (PIB). O ministro também pediu “coesão, esforço e unidade” da sociedade no esforço de um ajuste fiscal prolonga-

Vulnerabilidade

Os indicadores em dois períodos de alta dos juros americanos



Fontes: Banco Central, Ipea e IBGE. * 1º trimestre

do “para que o desequilíbrio fiscal saia do dicionário” do país nos próximos anos.

Antonio Palocci pediu “calma” aos analistas nesse momento de expectativa por um aumento das taxas de juros nos Estados Unidos. Ele também fez uma comparação sobre o quadro macroeconômico atual e o de quatro anos atrás, quando a economia mundial passou por um processo se-

melhante.

“Hoje a economia está muito menos vulnerável do que antes”, resumiu o ministro depois de comparar os dados relativos de inflação, juros, superávit primário, saldo comercial, composição da dívida pública e o spread cobrado pelos C-Bonds. O único indicador que não apresentou melhoria, segundo o relatório apresentado pelo ministro, foi a rela-

ção dívida/PIB, que em 2000 era de 48,8% e fechou o primeiro trimestre deste ano em 57,4%.

Diante dessa comparação, o ministro reforçou sua confiança em um crescimento econômico superior a 3% neste ano, uma vez que, em 2000, com os indicadores mais deteriorados, o Produto Interno Bruto (PIB) aumentou 4,5%. “Não há razão para acreditar que hoje, com uma situação muito mais consistente, haverá comprometimento do crescimento”. O ministro também minimizou o recente aumento do risco brasileiro medido pelas agências internacionais e lembrou que todos os países emergentes registraram aumento de 40% a 60% no risco-país nas últimas semanas.

Em meio à apresentação de um histórico da economia nacional nos últimos anos, Palocci criticou “o custo extremamente elevado imposto ao país pelo prolongamento inadequado da âncora cambial” após a elaboração do Plano Real na gestão Fernando Henrique Cardoso.

Apesar de o ministro ter sinalizado com a melhoria na estrutura de administração da dívida, houve conselheiro que pediu que o país declare o calote e peça uma auditoria sobre o passivo. O ministro-chefe do CDES, Jaques Wagner, disse que essa proposta foi feita por um conselheiro — ele não revelou quem — durante a parte restrita dos debates.

Segundo Wagner, o ministro Palocci rebateu a proposta apresentando dados sobre a melhoria dos indicadores externos e ci-

tando o caso de outros países que optaram pela suspensão dos pagamentos. “Todos os países que deram o calote apresentaram uma queda expressiva do PIB e a população empobreceu”, relatou Wagner.

Palocci teria dito, ainda, que a reestruturação da dívida brasileira já está sendo feita paulatinamente, durante o processo de administração que privilegia os títulos prefixados em detrimento dos papéis indexados ao dólar.

O empresário Amarílio de Macêdo, presidente do Moinho J. Macêdo, defendeu que o presidente Lula use sua influência internacional para propor a união de países emergentes em torno da renegociação com alongamento das dívidas externas junto aos credores internacionais “para sobrar mais recursos que possam ser usados em investimentos internos”. “O empresário vive de pé no chão, não de fantasias”, disse. “O que nos sufoca são os juros e os prazos curtos para a amortização dessas dívidas”, acrescentou. Macêdo salientou que jamais usou o termo “calote” para ilustrar sua proposta.

Para o conselheiro José Carlos Braga, diretor executivo do Centro de Estudos de Relações Econômicas Internacionais, a redução da vulnerabilidade internacional ainda é frágil no Brasil, uma vez que o real é uma moeda fraca diante dos ataques especulativos e porque o ajuste no balanço de pagamentos foi feito com um crescimento do saldo comercial, “que tenderá a cair com a retomada dos níveis de importação”.